



12730556



08011.000046/2017-68



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria-Executiva
Coordenação-Geral de Gestão Estratégica e Inovação Institucional

Memória de Reunião
Comitê de Governança Estratégica - CGE

| | | |
|----------------------|---|--------------|
| DATA: | 24/09/2020 | |
| LOCAL: | Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ed. Sede, 4º andar, Sala de Retratos | |
| PARTICIPANTES | NOME | ÓRGÃO |
| 1. | Renato Dantas de Araújo | GM |
| 2. | Tercio Issami Tokano | SE |
| 3. | Washington Leonardo Guanaes Bonini | SE |
| 4. | David de Lima Freitas | SPO |
| 5. | Rogério Xavier Rocha | SAA |
| 6. | Cláudio Antônio de Almeida Py | AECI |
| 7. | Lucas Alves de Lima Barros de Góes | AFEPAR |
| 8. | Juliana Oliveira Domingues | SENACON |
| 9. | Jeferson Lisbôa Gimenes | SEOPI |
| 10. | Tânia Maria Matos Ferreira Fogaça | DEPEN |
| 11. | Eduardo Augusto Muniz de Sousa | PRF |
| 12. | Neide Alves Dias de Sordi | AN |
| 13. | Ronaldo Vieira Bento | OUV |
| 14. | Claudete Terezinha Trapp | CGGE |
| 15. | Juliana Coelho Antero | CGGE |
| 16. | Diogo Domínici Soriano | SENAD |
| 17. | Ronney Matsui | SENASP |
| 18. | Carlos Henrique O. Sousa | PF |
| 19. | Glauberto A. R. Alves | CGOF |

| | | |
|---|--|---------|
| 20. | José de Albuquerque | CGGP |
| 21. | Mariana Boabaid Dalcanale Rosa | CADE |
| 22. | Rodrigo Lange | DTIC |
| 23. | Josélio Azevedo de Sousa | SEGEN |
| 24. | Claudio de Castro Panoeiro | SENAJUS |
| 25. | Davyd Menezes | SENASP |
| 26. | Karla Carvalho | SENAJUS |
| 27. | João Bosco Teixeira | CONJUR |
| 28. | Leonardo de Melo Costa | CGGE |
| 29. | Isabela Maiolino | SENACON |
| PAUTA: | <ol style="list-style-type: none"> 1. Considerações iniciais e pauta da reunião; 2. Monitoramento do Planejamento Estratégico 2020 - 2023 - panorama de projetos e indicadores; 3. Planejamento Estratégico 2020-2023 – revisão de outubro de 2020; 4. Validação da Cadeia de Valor; 5. Informe SPO/SE; 6. Informe AEI; 7. Informe SAA/SE; 8. Encaminhamentos. | |
| DELIBERAÇÕES | | |
| <ol style="list-style-type: none"> 1. O Secretário-Executivo, Sr. Tercio Tokano, deu início à reunião apresentando brevemente a pauta e destacando a importância das reuniões do Comitê de Governança Estratégica - CGE para o monitoramento e o acompanhamento dos indicadores, das metas e dos projetos estratégicos do Ministério da Justiça e Segurança Pública – MJSP. Reforçou que não serão utilizados arquivos de apresentação, tendo em vista o reforço da cultura para a utilização do <i>Power BI</i>. 2. Logo após, a Diretora-Geral do Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN, Sra. Tânia Fogaça, deu início ao monitoramento, apresentando o projeto “Força de cooperação penitenciária”. Criado em janeiro de 2017, vinculado à Diretoria do Sistema Penitenciário Federal, tem como base normativa uma portaria do MJSP, a Lei de Integração dos Entes Federativos para Segurança Pública e a Lei do SUSP, e é um dos 8 projetos estratégicos que estão sob a atribuição do DEPEN. O projeto possui caráter transversal e tem como escopo capacitar servidores dos estados para as crises, resgatar protocolos no interior das unidades prisionais, melhorar as estruturas físicas deficientes e diminuir as dificuldades na prestação das assistências aos presos (saúde, educação, trabalho, jurídica e social). A função do DEPEN na Força Tarefa de Intervenção Penitenciária - FTIP é recrutar servidores para formar uma equipe multidisciplinar nos estados, que visa coordenar a logística, realizar parcerias com outras instituições fora do executivo, além de auxiliar polícias federais de execução penal a fim de retomar o controle nas unidades prisionais, identificar lideranças para isolá-las e deixar um legado de conhecimento para o estado. A meta de conduzir três operação por ano foi atingida e superada. Houve também a finalização da normatização da FTIP que será encaminhada ao MJSP para análise. 3. A Diretora-Geral acrescentou ainda que as ações da FTIP foram realizadas em 8 estados, sendo que em Pernambuco foi iniciado um diagnóstico na região de Itapetinga, mas foi necessário suspender as atividades por causa da pandemia. A maior permanência da força tarefa é em Roraima, com previsão de encerramento para outubro de 2020. A retirada da FTIP é difícil, mas o objetivo não é assumir integralmente as funções do Estado. Além disso, citou um exemplo de resultado da FTIP: a redução de homicídios em 41% no Pará durante a permanência da Força Tarefa. | | |

4. Em relação ao indicador estratégico “Geração de vagas”, vinculado à Diretoria Executiva do Departamento Penitenciário Nacional – DIREX/DEPEN, que possui o objetivo de gerar 100.000 (cem mil) vagas até 2023, das quais 25.000 (vinte e cinco mil) deveriam ser até dezembro de 2020, a Sra. Tânia Fogaça explicou que se trata da geração de vagas físicas, ou seja, da construção de penitenciárias. A construção dessas penitenciárias é realizada por meio da verba do Fundo Penitenciário – FUNPEN, do Estado ou de verbas heterogêneas (combinação entre FUNPEN e Estado). Com relação aos resultados, até o momento, foram geradas 14.632 (quatorze mil seiscentos e trinta e duas) vagas no ano de 2020, levando-se em conta que o indicador foi extremamente afetado pelo contexto da pandemia, acarretando dificuldades na contratação e na execução da mão de obra devido à necessidade de evitar aglomeração de pessoas. Para os anos de 2021 a 2023, tem-se a meta de geração de 25.000 (vinte e cinco mil) vagas por ano para, portanto, atingir a meta de 100.000 vagas. A previsão para 2020 é que sejam criadas 21.819 (vinte e uma mil oitocentas e dezenove) vagas, das quais 6.401 (seis mil quatrocentas e uma) vagas, com investimento de R\$243.000.000,00 (duzentos e quarenta e três milhões) vinculadas à sistemática fundo a fundo, e 15.418 (quinze mil quatrocentas e dezoito) vagas utilizando recursos voluntários, por meio de projetos específicos, com investimento de R\$ 327.000.000,00 (trezentos e vinte e sete milhões). Com isso, a expectativa é que a meta deste ano não deva ser atingida. Comentou que o estado que mais gerou vagas no ano de 2020 foi Pernambuco e finalizou dizendo que, apesar de não terem atingido a meta ainda, o DEPEN está satisfeito com o trabalho que vem sendo desenvolvido.
5. O Secretário-Executivo Adjunto, Sr. Washington Bonini, esclareceu que a meta de 100.000 (cem mil) vagas é para todo o período 2020-2023. O Sr. Tercio ressaltou a autorização do Ministério da Economia - ME para a contratação de 107 profissionais de engenharia.
6. Em seguida, a Secretária Nacional do Consumidor, Sra. Juliana Domingues, deu início à apresentação do projeto “Dinamização da plataforma consumidor.gov.br, com foco na desjudicialização” e do indicador “Percentual de resolutividade das demandas na plataforma Consumidor.gov.br” da Secretaria Nacional do Consumidor – SENACON. Percebeu-se que o sistema obteve uma maior importância com o cenário da pandemia do Covid-19, uma vez que aumentaram os pedidos para ingresso de fornecedores. Além disso, em função da situação atual, a SENACON realizou solicitações a fornecedores para que entrassem na plataforma, o que não era comum em outros momentos. O aumento das demandas não influenciou na resolutividade, tendo em vista que a meta de 70% foi superada pelo resultado de 78%. Informou ainda, que foi lançado o sistema Pró-Consumidor, com o intuito de modernizar o Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor - SINDEC, que vem a ser um sistema que registra as reclamações feitas nos PROCONS em todos os estados. Porém, houve uma impossibilidade de envio da equipe técnica para tal modernização devido à pandemia. Mencionou também que a plataforma consumidor.gov.br está em total *compliance* com a Lei Geral de Proteção de Dados e possui todos os requisitos de acessibilidade.
7. A Secretária destacou ainda que a plataforma está sendo utilizada pelo Uruguai, Argentina e Chile, com o suporte técnico da SENACON. O Sr. Tercio salientou que a plataforma é considerada um caso de sucesso no Ministério, parabenizando a atual Secretária, bem como a gestão anterior.
8. Em seguida, o Secretário-Executivo Adjunto, Sr. Washington Bonini, explanou sobre dificuldades enfrentadas com relação aos serviços prestados pela área de Tecnologia de Informação e Comunicação do Ministério. Salientou que a capacidade da área não se encontra plena e que os contratos estão sendo renovados, com expectativas de melhoria do cenário futuro de prestação de serviços.
9. Dando continuidade ao monitoramento, o Sr. Ronney Augusto Matsui Araújo, Secretário Adjunto da Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP esclareceu que devido ao contexto da pandemia, tanto o projeto “Em Frente Brasil”, quanto o projeto “Fortalecimento da Rede Integrada de Bancos de Perfis Genéticos – RBPG, que tem como indicador a “Quantidade de condenados cadastrados no Banco Nacional de Perfis Genéticos”, foram prejudicados, pois houve impossibilidade de entrada nos estabelecimentos prisionais, o que contribuiu para o não atingimento da meta. Logo após, passou a palavra ao Sr. Marcelo Aparecido Moreno, Diretor de Políticas de Segurança Pública, para apresentação da situação do projeto e do indicador. O Sr. Moreno explicou que foi proposto um novo cronograma para o projeto “Em Frente Brasil”, que aguarda validação. Com relação ao detalhamento do projeto, trata-se de um projeto piloto estabelecido em 5 municípios. Atualmente está com 95%(noventa e cinco por cento) da meta alcançada e se encontra em fase final para a instituição do programa. No que diz respeito aos pontos não atingidos, a dificuldade de restabelecimento do comitê (que conta com a participação interministerial e interfederativa para a validação de fases do projeto) contribuiu em grande parte, uma vez que os encontros presenciais foram impossibilitados devido à pandemia causada pelo Covid-19. De acordo com o novo cronograma, no dia 30 de setembro, a equipe da SENASP irá entregar todas as produções para serem validadas.
10. A Sra. Tânia Fogaça pontuou que mais da metade dos estados já retornaram às atividades penitenciárias presenciais (visitas, atendimentos jurídicos) e que há a previsão de que todas elas estejam regularizadas em até 30 (trinta) dias, inclusive para o trabalho de coleta dos perfis genéticos. Destacou ainda, que a pedido da

SENASP, uma equipe do Ministério irá acompanhar o esforço para a identificação civil dos presos, objetivando a coleta dos perfis genéticos.

11. Já em relação ao indicador estratégico “Quantidade de condenados cadastrados no Banco Nacional de Perfis Genéticos”, com meta de 65.000 (sessenta e cinco mil) coletas por ano, o Sr. Moreno esclareceu que houve prejuízo na coleta do presente ano (5.989 – cinco mil novecentas e oitenta e nove), devido à impossibilidade de entrada nos estabelecimentos prisionais, por conta da Covid-19. Para suprir essa queda, está sendo desenvolvida uma estratégia, juntamente com os Estados, para o atingimento a meta.
12. Em continuidade à pauta, o Subsecretário de Planejamento e Orçamento, Sr. David Freitas, versou sobre a revisão do Planejamento Estratégico 2020-2023, que terá o escopo mais enxuto, contendo apenas a alteração de cronogramas e atividades, sem a apresentação de novos projetos e indicadores, devido ao recente alinhamento das prioridades da atual gestão em agosto de 2020. Será encaminhado um processo SEI até o dia 25 de setembro, com prazo até o dia 7 de outubro. A aprovação da revisão será registrada na memória da próxima reunião do CGE.
13. Informou ainda sobre a necessidade de revisão da Cadeia de Valor, ocasionada pelas mudanças no Decreto nº 10.379, de 28 de maio de 2020, que culminou com a criação da Secretaria de Gestão e Ensino em Segurança Pública - SEGEN e com as alterações nas competências da SENASP e da Secretaria de Operações Integradas - SEOPI. O impacto foi apenas nas competências da SEGEN, SEOPI e SENASP. Após a explanação, o Sr. Secretário-Executivo submeteu a revisão para deliberação do Comitê, aprovada sem ressalvas.
14. O representante da Polícia Rodoviária Federal - PRF, Sr. Eduardo Muniz, ponderou a necessidade de revisão da cadeia de valor como um todo, tendo em vista que a PRF atualizou o seu planejamento estratégico e necessita ajustar também alguns elementos da sua cadeia de valor.
15. Em seguida, o Sr. David Freitas apresentou o ranking de execução orçamentária do Ministério e a Cartilha de Emendas Parlamentares. Quanto à cartilha, elogiou a equipe, destacando o excelente trabalho desenvolvido. O objetivo é facilitar o entendimento pelo parlamentar dos projetos do MJSP.
16. Tratou também da perda da vigência da Medida Provisória nº 965 que faz o repasse financeiro de R\$ 408.000.000 (quatrocentos e oito milhões) para o combate ao Coronavírus.
17. Por fim, o Subsecretário de Planejamento e Orçamento falou sobre o Projeto de Lei Orçamentária Anual - PLOA 2021, destacando a preocupação com relação à alocação de recursos no órgão orçamentário 93000 para cumprimento da regra de ouro.
18. Prosseguindo com a pauta, o Assessor Especial de Controle Interno, Sr. Cláudio Py, falou sobre o Programa de Integridade do Ministério, o Gerenciamento de Riscos e o Processo de contas do exercício de 2020. O Programa de Integridade encontra-se na terceira fase e está sendo feita a última devolutiva, para que sejam apresentados os resultados na próxima reunião do CGE. Em relação à Gestão de Riscos, pretende-se encerrar, até 31 de março de 2021, o projeto piloto nas unidades. Algumas áreas estão sendo revisitadas, e as que sofreram recentes modificações podem procurar a Assessoria Especial de Controle Interno - AEI para as tratativas. Sobre o Processo de Contas do exercício de 2020, a apresentação das informações será prestada pelo site do Ministério, ressaltando-se a importância da participação dos representantes de cada órgão no repasse de tais informações.
19. Logo após, o Subsecretário de Administração, Sr. Rogério Xavier, fez um informe sobre o projeto Gestão por Competências, uma iniciativa que integra a carteira de projetos estratégicos do Ministério. O projeto busca um conjunto de metodologias que propicie a melhoria da força de trabalho e o desenvolvimento do corpo funcional, para ao final minimizar a discrepância entre o ideal e a situação atual. Informou ainda os meios necessários para a aplicabilidade do projeto e a sua abrangência. Em seguida, apresentou as competências organizacionais, gerenciais e comportamentais do projeto a serem validadas. Após alguns esclarecimentos, o conjunto de competências foi aprovado pelos membros do CGE.
20. Em seguida, o Secretário-Executivo deu os informes, a seguir listados: i) processo SEI de monitoramento – coleta dos indicadores e atualização do andamento dos projetos até o dia 13 de outubro (08011.000157/2020-70); ii) monitoramento qualitativo das entregas efetivas de projetos estratégicos, e outras relevantes, e dificuldades (60 dias) – Novo fluxo do GM – até o dia 13 de outubro; e iii) unidades que apresentarão o andamento de 1 (um) projeto e de 1 (um) indicador na próxima reunião (SENAJUS: Projeto “Reestruturação da Rede Nacional de Laboratórios de Tecnologia contra Lavagem de Dinheiro – Rede LAB” e indicador “Solicitações de autorização de residência para fins laborais e de investimentos decididas”; SENAD: Projeto “Alienação de ativos em todo o Brasil” e indicador “ Quantidade de ativos leiloados pela secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas”; e SEOPI: Projeto “ Programa de Apoio ao Combate ao Crime Organizado – PACCO “ e indicador “Quantidade de operações integradas planejadas e coordenadas”).

21. Foi informado ainda que a próxima reunião será realizada excepcionalmente no dia 22 de outubro, por conta do feriado do Servidor Público.
22. Por fim, o Sr. Tercio Tokano celebrou o retorno do Sr. Jeferson ao convívio e agradeceu as orações enviadas ao Sr. Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, André Mendonça. Relembrou também a importância de equilibrar a vida pessoal e profissional. Por fim, agradeceu a participação de todos e deu por encerrada a reunião.



Documento assinado eletronicamente por **Neide Alves Dias De Sordi, Usuário Externo**, em 09/10/2020, às 17:47, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Leonardo Bernardes Soares, Assessor(a)**, em 09/10/2020, às 18:08, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Diogo Dominici Soriano, Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas**, em 09/10/2020, às 18:49, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Juliana Oliveira Domingues, Secretário(a) Nacional do Consumidor**, em 09/10/2020, às 19:51, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Claudio Antônio de Almeida Py, Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno**, em 13/10/2020, às 08:56, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **RONNEY AUGUSTO MATSUI ARAÚJO, Secretário(a) Adjunto(a) da Secretaria Nacional de Segurança Pública**, em 13/10/2020, às 09:37, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Isabela Maiolino, Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional do Consumidor**, em 13/10/2020, às 09:58, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **ROGÉRIO XAVIER ROCHA, Subsecretário(a) de Administração**, em 13/10/2020, às 14:36, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Karla Nogueira do Valle de Carvalho, Gerente de Projeto**, em 13/10/2020, às 16:03, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **TERCIO ISSAMI TOKANO, Secretário(a)-Executivo(a) do Ministério da Justiça e Segurança Pública**, em 13/10/2020, às 22:01, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Lange, Diretor(a) de Tecnologia da Informação e Comunicação**, em 14/10/2020, às 08:51, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **DAVID DE LIMA FREITAS, Subsecretário(a) de Planejamento e Orçamento**, em 14/10/2020, às 12:10, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Joselio Azevedo de Sousa, Secretário(a) de Gestão e Ensino em Segurança Pública**, em 14/10/2020, às 18:21, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Claudio de Castro Panoeiro, Secretário(a) Nacional de Justiça**, em 22/10/2020, às 17:53, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **RONALDO BENTO, Ouvidor(a)-Geral do Ministério da Justiça e Segurança Pública**, em 23/10/2020, às 07:58, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Jeferson Lisbôa Gimenes, Secretário(a) de Operações Integradas**, em 03/11/2020, às 11:49, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Tânia Maria Matos Ferreira Fogaça, Diretor(a)-Geral do Departamento Penitenciário Nacional**, em 09/11/2020, às 17:48, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO AUGUSTO MUNIZ DE SOUZA, Usuário Externo**, em 18/11/2020, às 18:18, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Henrique Oliveira de Sousa, Usuário Externo**, em 10/12/2020, às 11:02, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **WASHINGTON LEONARDO GUANAES BONINI, Secretário(a)-Executivo(a) Adjunto(a)**, em 04/02/2021, às 16:43, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **12730556** e o código CRC **3274D933**

O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.